

Análise Preliminar do Impacto do COMPERJ na Segurança Pública

Emanuelle Silva Araújo

Mestre em Pesquisas Sociais e Estudos Populacionais pela ENCE

Doriam Borges

Doutor em Sociologia pelo IUPERJ

Andréa Ana do Nascimento

Doutoranda em Sociologia pelo PPGSA – IFCS – UFRJ

Márcio Alexandre Duarte

Mestrando em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa “Análise Preliminar do Impacto do COMPERJ na Segurança Pública”, uma iniciativa da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro desenvolvida pelo Instituto de Segurança Pública no período de maio a dezembro de 2010. O projeto, de um modo geral, visou à elaboração de um diagnóstico da situação atual da segurança pública e da infraestrutura urbana existente nos municípios afetados pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), tomando como base o caso do município de Macaé e, ainda, a elaboração de análise prospectiva com vistas a realizar recomendações para políticas de segurança pública e de infraestrutura.

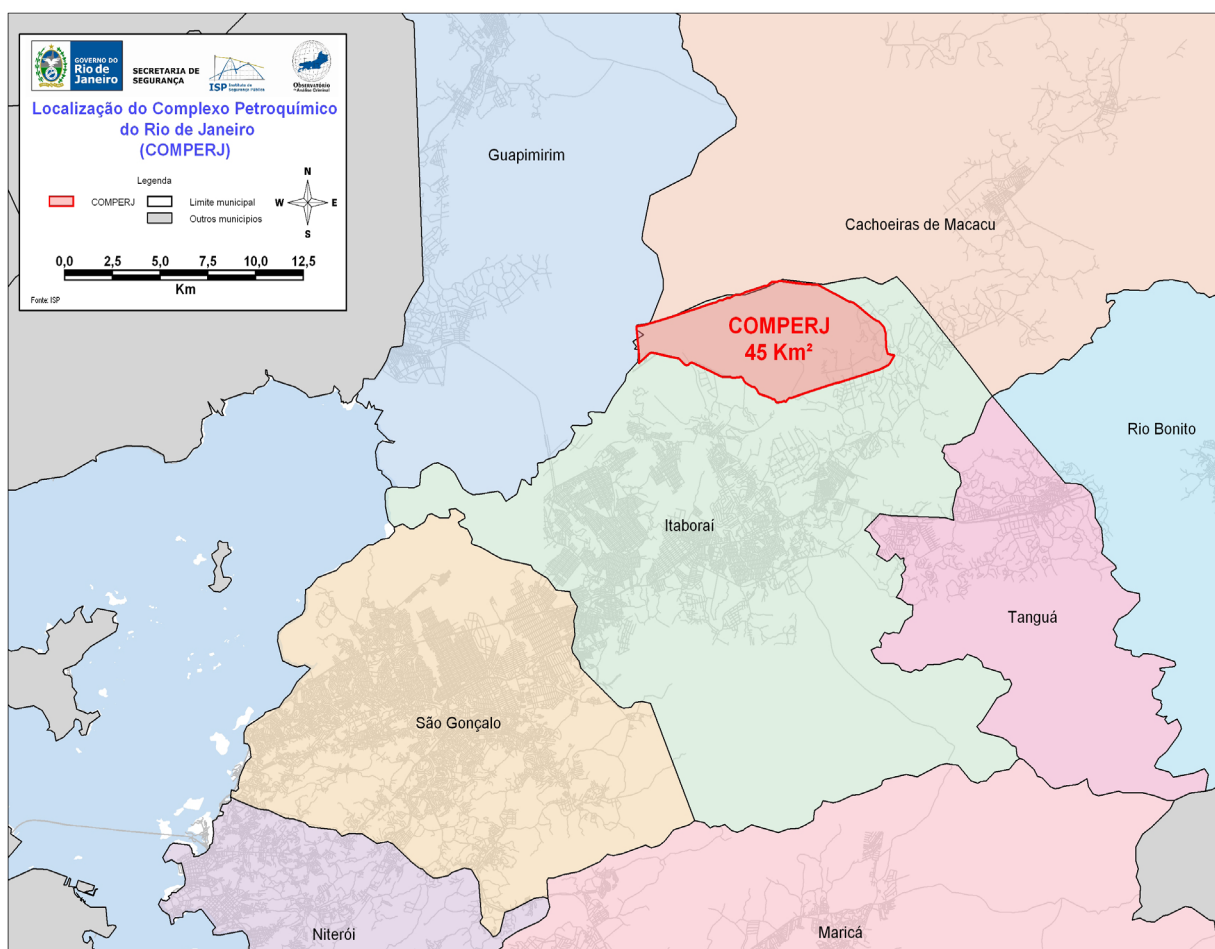
Palavras-Chave

COMPERJ, segurança pública, infraestrutura urbana

Apresentação

Anunciado em 2006, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) é considerado, pela Petrobras, o maior investimento individual da história da empresa, fruto de avanços tecnológicos que possibilitaram a utilização do petróleo pesado da Bacia de Campos como matéria-prima para a indústria de petróleo nacional, substituindo a importação de produtos petroquímicos essenciais e gerando uma economia superior a R\$ 4 bilhões anuais para o país. O volume de produção inicial esperado pela empresa era de, aproximadamente, 150 mil barris de petróleo por dia; contudo, há previsão de duplicação das atividades e, conseqüentemente, do volume total da produção, além da reestruturação do projeto, incluindo como produtos o óleo diesel e querosene de aviação.

Cartograma 1 – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro



Fonte: Instituto de Segurança Pública

Os US\$ 8,38 bilhões de dólares inicialmente previstos para o empreendimento¹ irão transformar diretamente uma área de 45 milhões de metros quadrados na parte norte do município de Itaboraí, além de afetar outros municípios da região a partir dos investimentos em infraestrutura (instalação de dutos, construção de estradas, porto, etc.) necessários para o escoamento dos derivados processados no complexo petroquímico. Além disso, prevê-se a migração de indústrias ligadas ao setor petroquímico ao longo, principalmente, do anel rodoviário, ainda em construção, que liga Itambi a Niterói – o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Tal fenômeno (de implantação de indústrias tanto pela Petrobras quanto pelo setor estritamente privado) gera um enorme atrativo econômico para a região, transformando-a numa área crítica carente de planejamento em todos os níveis, desde infraestrutura urbana e serviços básicos para a população rapidamente inflacionada até medidas de contenção dos inevitáveis impactos socioambientais indesejados.

O projeto iniciou sua primeira fase, de terraplanagem, ao final de março de 2008, e estava com o início das operações previsto para 2012. Porém, mudanças recentes na sua estratégia de implantação alteraram de forma sensível a programação produtiva, econômica e social do empreendimento. Atualmente encontra-se em fase inicial da etapa de construção civil.

Para um empreendimento de tal magnitude e com tantas consequências esperadas – positivas e negativas –, fez-se imperativo que o setor público organizasse espaços de debate e planejamento integrado entre os diversos setores da sociedade. Podemos destacar nesse processo o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE); o Fórum para o Desenvolvimento da Área de Influência do COMPERJ (Fórum COMPERJ); e a Agenda 21, todos interlocutores de questões inerentes ao empreendimento e aos interesses da população.

Nesse sentido, o presente artigo procura estabelecer um recorte de uma das dimensões afetadas na análise do impacto do COMPERJ: a segurança pública. Entendemos que essa dimensão envolve diversos elementos da vida social e a própria classificação de questões sociais como “questões de segurança pública” é um fenômeno recente, na medida em que atores de diversas esferas (acadêmicas, midiáticas, governamentais, etc.) se debruçam sobre o tema, elegendo-o como um produto político a ser diagnosticado com maior profundidade. Ademais, por iniciativa do próprio setor público, é evidente a maior preocupação deste em planejar um investimento de grande porte para fornecer subsídios ao processo decisório nas esferas representativas a partir da formulação de políticas públicas e estratégias convergentes. Tal necessidade é justificada pelo estudo que desenvolvemos sobre Macaé, um caso emblemático de um município que recebeu um grande empreendimento sem que houvesse um planejamento por parte do poder público e/ou do próprio implementador. Esse estudo norteou a escolha de uma série de indicadores sociais, econômicos e de criminalidade para o diagnóstico e análise prospectiva do município-sede Itaboraí, bem como municípios da área de influência direta do COMPERJ². A seguir, alguns apontamentos encontrados no estudo de caso realizado.

1

Atualmente, todo o projeto está sendo revisado pela Petrobras, e o custo, estima-se, subiu para US\$ 20 bilhões

2

O escopo da pesquisa “Análise Preliminar do Impacto do COMPERJ na Segurança Pública” abrange, além da cidade de Itaboraí, os municípios da área de influência direta do COMPERJ, sendo eles: São Gonçalo, Rio Bonito, Guapimirim, Tangará e Cachoeiras de Macacu. Neste artigo privilegiamos a apresentação das análises de Itaboraí por este ser o município-sede do empreendimento, o qual sofreu, por conseguinte, os maiores impactos sociais, econômicos e ambientais da indústria petrolífera.

Estudo de caso: O município de Macaé

A cidade de Macaé, sede da indústria petrolífera da Bacia de Campos desde o final da década de 1970, experimentou ao longo das décadas uma série de transformações populacionais no seu tecido urbano. No nosso estudo, trabalhamos com a hipótese de que a implantação da indústria petrolífera, ao final da década de 1970, e a criação da Lei nº 9.478/97, a chamada *Lei do Petróleo*³, em 1997, transformaram o município. Nesta análise verificamos que, de fato, há uma grande influência tanto da atividade petrolífera como da *Lei do Petróleo* no aumento da criminalidade nos municípios estudados. Isto pôde ser percebido no crescimento das taxas relativas aos crimes contra o patrimônio (furto e roubo total; furto e roubo de veículos), aumento das taxas de homicídio doloso e das mortes violentas intencionais com armas de fogo, configurando uma nova dinâmica dos homicídios. Por outro lado, as taxas de lesões corporais dolosas, as taxas de homicídio sem arma de fogo e as mortes por acidente de trânsito não sofreram influência da indústria do petróleo.

Além do aumento da violência no município de Macaé, percebemos uma grande transformação no crescimento populacional e intenso processo de urbanização. O vultoso contingente de pessoas que partiram em busca de oportunidades de emprego e de negócios transformaram o saldo migratório de Macaé de negativo para positivo. Este processo se deu principalmente pelo fato de que a cidade não dispunha de mão de obra especializada, uma exigência das atividades relacionadas à extração do petróleo. O perfil dos imigrantes contribuiu para a elevação de alguns indicadores do município, como os de escolaridade e renda.

Outros efeitos importantes foram percebidos, como a ocupação desordenada do solo, resultando num processo de favelização, loteamentos clandestinos e construções inadequadas. Apesar dos vastos recursos advindos dos royalties do petróleo e das participações especiais recebidas, bem como a melhora nos indicadores econômicos da cidade, uma parcela importante da população vive na miséria e na pobreza, configurando um quadro de visível desigualdade social.

Por fim, podemos identificar um alto grau de dependência dos municípios da Bacia de Campos em relação aos royalties e participações especiais, elevação do custo de vida decorrente dos altos salários, principalmente dos imigrantes estrangeiros instalados em Macaé e especulação imobiliária, ocasionando um rápido crescimento dos setores administrativos, numa velocidade superior aos serviços de infraestrutura urbana oferecidos pelo setor público.

Entendemos que, apesar das diferenças que concernem à indústria do petróleo na Bacia de Campos e ao Complexo Petroquímico de Itaboraí quanto ao momento político e econômico, e ainda, o modo de implantação destes – a descoberta paulatina de petróleo ao longo das décadas na Bacia de Campos e a instalação pontual em Itaboraí –, o estudo sobre Macaé pôde nos indicar uma série de apontamentos para refletirmos a respeito do impacto do COMPERJ nos municípios por ele afetados. O diagnóstico consequente, bem como a análise prospectiva, tiveram como fim contri-

³ Com o advento da Lei nº 9.478/97 houve mudanças profundas tanto nas regras básicas de regulação da atividade petrolífera quanto do cálculo e distribuição dos royalties. Com essa lei criou-se a Agência Nacional do Petróleo (ANP), uma agência reguladora cujo objetivo é a administração e fiscalização das concessões das atividades de petróleo e gás natural. Quanto aos royalties, a alíquota de remuneração subiu para 10%. Os repasses aos municípios beneficiados sofreram um salto volumoso e os royalties passaram a constituir uma das principais fontes de receita desses municípios. As participações especiais surgiram como um incremento significativo no montante total da receita proveniente da atividade petrolífera para o estado.

buir para o embasamento de políticas públicas a serem implementadas em Itaboraí e municípios do entorno, com vistas a evitar efeitos indesejáveis, como os percebidos no estudo sobre o município de Macaé.

Diagnóstico do município-sede do COMPERJ: Um olhar sobre Itaboraí

Para a elaboração do diagnóstico de Itaboraí foi utilizada a coleta e a análise de dados quantitativos e qualitativos relativos aos diferentes aspectos que compõem a questão da violência e da criminalidade. Os dados utilizados neste trabalho foram pesquisados a partir de fontes primárias e secundárias. Além disso, fez-se o registro fotográfico do município com vistas a identificar aspectos importantes destacados nos discursos dos entrevistados e nos dados oficiais. Nessa sessão privilegamos os seguintes aspectos: localização geográfica; perfil populacional e econômico; infraestrutura, saúde e educação; instituições de segurança pública; criminalidade e violência; e comunidades emblemáticas.

Localização

O município de Itaboraí integra a região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro e se situa a aproximadamente 40 km da capital, a leste da Baía de Guanabara. Sua extensão territorial é de aproximadamente 429,3 km², com uma população de 210.780 habitantes, de acordo com o Censo 2010 (IBGE). Seus limites geográficos são: os municípios de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim (ao norte), Maricá (ao sul), Tanguá (a leste) e São Gonçalo (a oeste). Sua divisão político-demográfica abarca oito distritos: Itaboraí, Porto das Caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pachecos.

Perfil populacional

A construção da BR-101, na década de 80, trouxe maior dinamismo para a cidade, ao estabelecer a ligação entre Niterói e Manilha, favorecendo o crescimento urbano a partir dos anos 90. O município também tem outras rodovias de acesso de grande importância: a RJ-116, que liga Itaboraí a Friburgo, e a RJ-114, que liga o município à Maricá, além da BR-493, que estabelece conexão com a estrada Rio-Teresópolis (BR-116). Há a previsão da construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, como citamos anteriormente, rodovia que integrará o porto de Itaguaí a Itaboraí (entre os objetivos está o escoamento dos produtos do COMPERJ). Essa rodovia irá passar por oito municípios do estado do Rio de Janeiro e, provavelmente, abrigará várias indústrias ligadas ao setor, que utilizarão as matérias-primas do complexo petroquímico de Itaboraí. No entanto, a previsão de produção dessas empresas foi procrastinada para depois de 2020.

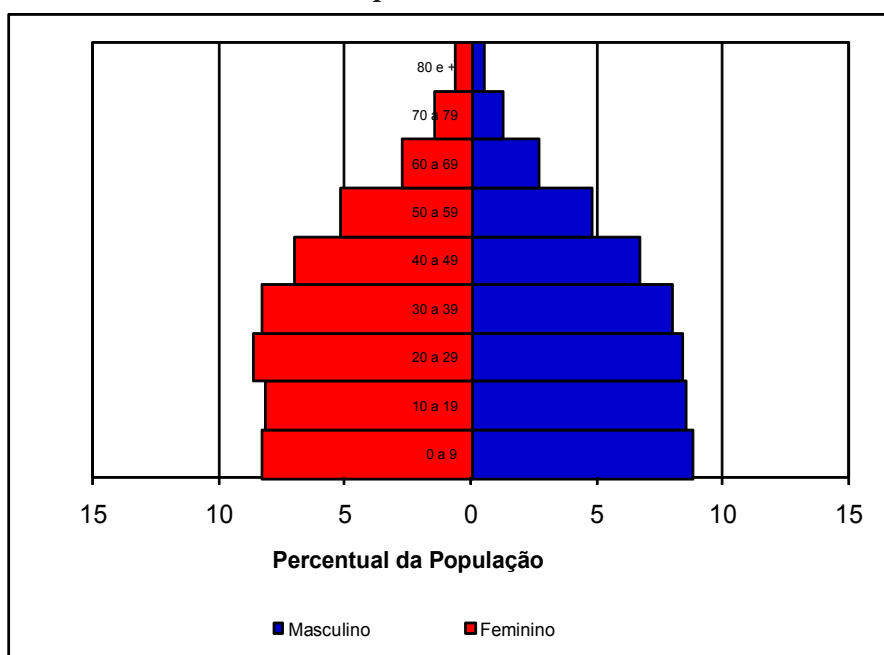
Nota-se que, até o advento da rodovia BR-101, Itaboraí não gozava de um índice de urbanização considerável. Porém, com o mais rápido acesso à cidade, a população de municípios vizinhos cuja urbanização já era acentuada (São Gonçalo e Niterói) passou a ser direcionada para lá. Assim, houve um maior investimento do ramo imobiliário para atender à crescente demanda⁴, gerando taxas elevadas de urbanização: de 21% em 1970 para 95% em 2000, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵.

Dez anos após o crescimento acelerado de Itaboraí, mais de 70% da população eram classificados como proprietários de sua residência. No entanto, em entrevistas com a população local, notamos que a prática de invasões e apropriações ilegais dos terrenos é comum. Um fator determinante seria a existência de lençóis freáticos de fácil acesso, além de ligações ilegais em grandes receptores de água da CEDAE, o que facilitaria a instalação de novas moradias clandestinas. Contribuiu para isso a baixa fiscalização da prefeitura no processo de venda dos loteamentos em regiões ermas e de baixo nível de infraestrutura.

⁴ Prefeitura de Itaboraí. Caderno Itadados, 2007, p. 42.

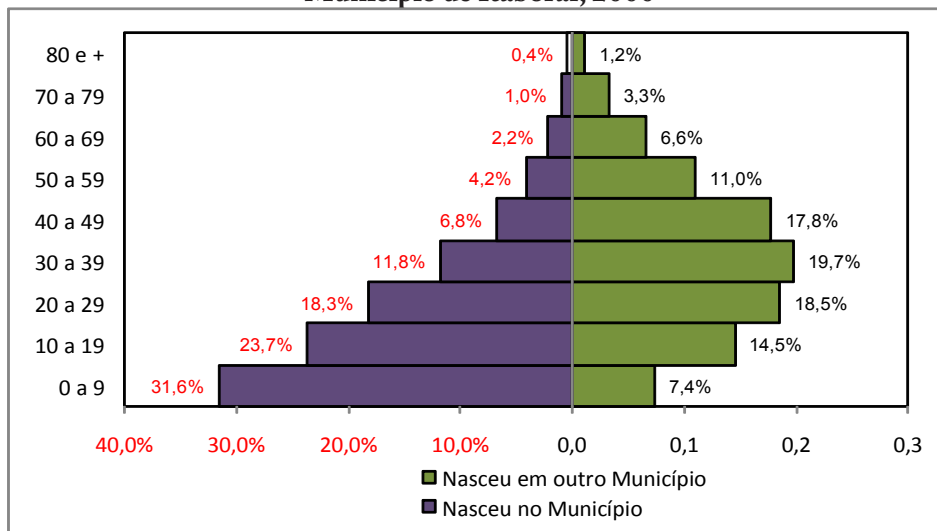
⁵ Até o momento de execução da pesquisa, os resultados do Censo 2010 ainda não haviam sido disponibilizados, com exceção da contagem populacional dos municípios.

**Gráfico 1 - Pirâmide Etária
Município de Itaboraí, 2009**



Fonte: IBGE, Censos e Estimativas

**Gráfico 2 – Distribuição etária segundo município de nascimento
Município de Itaboraí, 2000**



Fonte: IBGE, Censos e Estimativas

Em relação à configuração etária do município, acreditamos que a recente dinâmica migratória de Itaboraí a influenciou significativamente. Itaboraí tem maior concentração de pessoas jovens e economicamente produtivas (e reprodutivas) e crianças (Gráfico 1). Em grande parte, os menores de 19 anos nascidos no município são fruto do processo migratório, o que confirma a hipótese de que este influenciou a distribuição etária na população de Itaboraí.

Segundo o Censo 2000, Itaboraí, em termos gerais, pode ser considerada uma cidade-dormitório na medida em que aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população que trabalha ou estuda no município não o faz no mesmo, indicando um movimento pendular típico de aglomerações urbanas cuja expansão se deu, fundamentalmente, pelo incremento significativo da densidade demográfica sem um acompanhamento – ou a partir de um esvaziamento – das oportunidades de trabalho adequadas à população local.

Tabela 1 – População Residente por deslocamento para o trabalho ou estudo por municípios, 2000

	Trabalhavam ou estudavam no município de residência		Não trabalhavam nem estudavam		Trabalhavam ou estudavam em outro município ou país estrangeiro		Total	
Cachoeiras de Macacu	28.713	59,1%	17.065	35,2%	2.765	5,7%	48.543	100%
Guapimirim	18.924	49,9%	14.394	37,9%	4.634	12,2%	37.952	100%
Itaboraí	87.676	46,8%	71.678	38,2%	28.125	15,0%	187.479	100%
Magé	97.558	47,4%	82.919	40,3%	25.353	12,3%	205.830	100%
Rio Bonito	29.644	59,7%	17.513	35,2%	2.533	5,1%	49.690	100%
Rio de Janeiro	3.736.228	63,8%	2.078.188	35,5%	43.488	0,7%	5.857.904	100%
São Gonçalo	415.140	46,6%	326.600	36,7%	149.379	16,8%	891.119	100%
Tanguá	12.273	47,1%	10.124	38,9%	3.659	14,0%	26.056	100%

Fonte: IBGE, Censo

Perfil econômico

A economia local, historicamente fundamentada na produção agrícola (cana-de-açúcar e café) e de materiais artesanais, poderá vir a sofrer um grande impacto devido à implantação do COMPERJ. Por se tratar de um município de formação agrícola e com recente processo de urbanização, ainda conserva características típicas do meio rural, sendo o processo de mudança do padrão de vida para a dinâmica moderna urbana um fenômeno que vem sofrendo resistência, criando novos problemas e aprofundando desigualdades existentes no município.

Os dados abaixo apontam para os setores que mais cresceram economicamente de 2002 até 2007:

**Tabela 2 – Taxa de crescimento da econômica: 2002 - 2007
Estado do Rio de Janeiro, Município do Rio de Janeiro e Itaboraí**

Sector econômico	Estado do Rio de Janeiro	Município do Rio de Janeiro	Itaboraí
Agropecuária	21,7%	47,7%	26,6%
Indústria	109,4%	17,6%	17,2%
Administração Pública	58,8%	50,7%	64,5%
Demais serviços	57,7%	50,6%	57,8%
Total dos setores	70,3%	45,4%	53,1%
População	3,9%	2,1%	7,6%
PIB per capita	66,7%	50,1%	42,8%

Fonte: IBGE, Censo

Vemos, portanto, que o setor industrial não apresentou um crescimento significativo até 2007, sendo o setor da administração pública o de maior representatividade junto ao setor terciário (serviços). Vale salientar, ainda, o evidente crescimento da população de Itaboraí – quase o dobro do estado do Rio de Janeiro, que não foi acompanhado de um crescimento proporcional do PIB, tendo este mantido sua taxa num nível inferior ao do estado.

Quanto às informações sobre trabalho no município, verificamos que a taxa de desemprego, segundo o Censo de 2000 do IBGE, foi de 20%. Contudo, de acordo com alguns entrevistados, esse percentual tende a diminuir com a afluência de oportunidades ocupacionais e criação de novos postos de trabalho ligados aos investimentos da Petrobras. Verificamos que o histórico do total de admissões do município apresenta sensível incremento a partir de 2007, coincidindo com o início das obras do complexo, ao contrário da tendência do estado do Rio de Janeiro.

Infraestrutura, saúde e educação

No discurso dos entrevistados há inúmeras queixas em relação à infraestrutura básica da cidade, como o péssimo abastecimento de água tratada, escassez de rede geral de esgoto, parco asfaltamento das vias públicas, ausência de sinalização das ruas e estradas, ausência total de passarelas para pedestres, más condições de iluminação pública, entre outras. Percebemos que grande parte da população de Itaboraí é vulnerável a doenças associadas à ausência de saneamento, abastecimento de água e coleta regular de lixo.

**Tabela 3 – Proporção de Moradores por Tipo de Abastecimento de Água, Tipo de Abastecimento de Sanitária e Tipo de Coleta de Lixo
 Município de Itaboraí**

Abastecimento Água		
	1991	2000
Rede geral	20,1	23,8
Poço ou nascente (na propriedade)	75,6	69,8
Outra forma	4,3	6,4
Instalação Sanitária		
	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	0,5	27,3
Fossa séptica	60,9	41,1
Fossa rudimentar	12,5	9,5
Vala	20,5	16,4
Rio, lago ou mar	-	3,0
Outro escoadouro	1,8	1,4
Não sabe o tipo de escoadouro	0,1	-
Não tem instalação sanitária	3,8	1,3
Coleta de lixo		
	1991	2000
Coletado	29,4	59,6
Queimado (na propriedade)	50,5	29,9
Enterrado (na propriedade)	1,5	0,5
Jogado	17,6	9,8
Outro destino	1,0	0,3

Fonte: IBGE, Censo

Segundo Censo 2000, pouco menos de 30% de moradores do município tinham acesso à rede geral de esgoto ou pluvial, sendo as fossas sépticas a solução mais utilizada para os dejetos residenciais (41%). Muitos despejavam seu esgoto em valas próximas às suas casas (16%). Somente 25% dos moradores eram abastecidos de água tratada; a maior parte do município ainda utiliza poços ou nascentes. Esta situação torna-se especialmente preocupante tendo em vista que o COMPERJ é um empreendimento que necessita de grande volume de água e o município antes mesmo de sua instalação já apresenta deficiências graves nesse sentido. Mais de 40% dos moradores não têm seu lixo coletado. Em geral queima-se ou enterra-se nas propriedades. O reflexo se dá diretamente na configuração da saúde pública de Itaboraí, com doenças infecciosas e parasitárias ocupando lugar de destaque no percentual de internações.

O município possui, segundo dados do Ministério da Saúde de 2009, 136 estabelecimentos de saúde, sendo 77 do setor privado. Os leitos de internação disponíveis apresentam taxa inferior a do estado do Rio de Janeiro: são 2,8 para cada mil habitantes, menos da metade ligados ao Sistema Único de Saúde.

A falta de dados atualizados não nos permite uma análise mais acurada sobre as condições da educação no município. Somente o último Censo (2000) nos dá informações sobre a escolaridade da população local. Apenas cerca de 30% das pessoas chegam a concluir o ensino fundamental (oito anos de estudo). A baixa escolaridade da população a torna refém de empregos de baixa remuneração, impedindo um desenvolvimento econômico consistente.

Os discursos dos entrevistados apontam a falta de sintonia entre políticos e as necessidades dos mais pobres, enquanto a Petrobras constrói uma imagem participativa perante as comunidades, incentivando seus moradores a ocuparem os empregos de baixa especialização. Contudo, a relação da empresa com a prefeitura do município tem declinado. Nesse cenário, os poderes estadual e federal aparecem como impositores de um empreendimento de consequências nunca experimentadas pela máquina pública municipal, que alega não ter recursos para preparar a cidade para impactos presentes e futuros.

Instituições de segurança pública

No que diz respeito à segurança pública, Itaboraí dispõe de todas as instituições necessárias para o bom funcionamento da cidade: Batalhão de Polícia Militar, Delegacia de Polícia, Instituto Médico Legal, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal. O município também possui um Conselho Comunitário de Segurança. Todavia, devido à sua localização, várias dessas instituições, com exceção da Guarda Municipal, prestam atendimento a uma área geográfica muito extensa, que ultrapassa Itaboraí. Considerando o movimento migratório que possivelmente irá ocorrer na região, a estrutura desses serviços, já insuficiente, poderá ficar ainda mais prejudicada, o que incidirá diretamente nos índices de criminalidade da cidade.

O 35º Batalhão da Polícia Militar, situado em Itaboraí, além de atender ao município, atua em uma área vastíssima, que agrega os seguintes municípios: Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Tanguá e Silva Jardim. O efetivo do batalhão é composto por 407 policiais, distribuídos entre os diversos municípios de sua responsabilidade.

Segundo o que foi apontado nas entrevistas com os representantes da PMERJ, o tráfico de drogas em Itaboraí acontece em duas modalidades: o tráfico ostensivo e armado e o “estica”, utilizando-se aqui uma categorização local. O tráfico armado se dá de forma semelhante ao da capital, com uma facção criminosa que domina uma comunidade e gerencia as atividades de venda de entorpecentes no local, mais particularmente na Comunidade da Reta. O tráfico identificado como “estica” seria a venda de drogas em menor escala, feita por pessoas desempregadas e usuárias

de entorpecentes, que vão até a capital, compram pequenas quantidades de droga para seu próprio consumo e uma quantidade a mais para vender. Essa atividade foi identificada na comunidade de Itambi como uma dinâmica de tráfico de drogas distinta da que ocorre na Comunidade da Reta.

A Delegacia de Polícia de Itaboraí, a 71ª DP, se localiza na rua principal da cidade, próximo ao centro comercial. Além de Itaboraí, esta atende ainda ao município de Tanguá⁶ e dispõe do seguinte efetivo: 20 inspetores de polícia, 7 investigadores policiais, 2 comissários, 8 oficiais de cartório, 4 delegados de polícia e 1 auxiliar de serviços, totalizando 42 funcionários, além de possuir 11 viaturas. A delegacia está incluída no Programa Delegacia Legal, mas a estrutura do prédio está extremamente malconservada, bem como móveis e equipamentos de informática.

De acordo com o delegado de polícia, a criminalidade em Itaboraí está relacionada principalmente à violência doméstica, e os casos são tantos que se designou um policial somente para lidar com esses fatos. Outro problema citado são os acidentes de trânsito, também muito comuns. Segundo o delegado, isso acontece pela falta de sinalização adequada e de passarelas para travessia de pedestres, já que o município é cortado ao meio por uma rodovia. Além disso, ressaltou-se a circulação de veículos irregulares, como motos. Esse relato está de acordo com os dados oficiais disponibilizados pelo DataSus. Através destes verificamos que Itaboraí apresenta taxas de acidentes de transporte muito acima das taxas do estado do Rio de Janeiro.

Além do Batalhão de Polícia Militar e da Delegacia de Polícia, Itaboraí possui seu próprio Instituto Médico Legal (IML), mas formalmente este ainda não está funcionando como tal. Em termos administrativos, está subordinado ao Departamento Geral de Polícia Técnica Científica, cuja sede fica na capital. Atualmente, é denominado Posto Regional de Polícia Técnica Científica (PRPTC). Várias normas precisam ser cumpridas para a criação de um PRPTC, contudo, não houve entendimento entre o estado, que deve fornecer a sede, os equipamentos e a equipe, e a prefeitura, que deve fornecer o terreno para construção, além do esgotamento sanitário e iluminação.

A área de atuação do IML compreende seis municípios: Itaboraí, Tanguá, Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Maricá. Em Itaboraí, Tanguá, Magé e Guapimirim o IML realiza necropsia e exames de lesão corporal. Apesar disso, faz somente necropsia em Cachoeiras de Macacu (os casos de lesão corporal e corpo de delito são atendidos em Nova Friburgo) e Maricá (os demais exames são realizados no IML de Tribobó, São Gonçalo). O prédio do IML poderia ser expandido no próprio terreno onde está localizado. Atualmente funcionam no mesmo espaço o IML, o cartório e a funerária. Os principais problemas do IML são estruturais, resolvidos de maneira informal e improvisada, através de doações dos próprios profissionais da instituição e de comerciantes locais.

A equipe do IML é composta atualmente por 16 funcionários do estado (7 peritos, 4 papiloscopistas e 3 técnicos de necropsia) e 5 do município (2 que atuam como técnicos de necropsia e 3 na área administrativa). Com esse contingente de profissionais, não é possível que os funcionários gozem

6

A inauguração da 70ª DP no município de Tanguá estava prevista para dezembro de 2010, contudo, até o momento (maio de 2011), isso ainda não aconteceu.

suas férias.

A Guarda Municipal de Itaboraí funciona em uma instalação improvisada próxima ao posto de saúde, contando com um efetivo de 50 homens (há previsão de concurso para contratação de mais 150 guardas). Ela atua principalmente em ocorrências nas escolas municipais, na tentativa de prevenir o consumo e a comercialização de drogas. São 74 escolas municipais sob responsabilidade da Guarda. Contudo, somente cerca de dez escolas por semana são visitadas.

Ademais, a Guarda Municipal também zela pelos prédios e patrimônios públicos da prefeitura. Há parcerias com a Polícia Civil na chamada “Operação Duas Rodas”, de apreensão de motos irregulares, e troca de informações com a Polícia Militar, facilitada pelo fato de o comandante da Guarda ter sido policial militar. Segundo os entrevistados, os principais problemas relacionados à instituição dizem respeito à falta de infraestrutura e de instalações adequadas, efetivo insuficiente e falta de cursos de capacitação.

A 2ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, responsável pelo trecho de Itaboraí, localiza-se na Ponte Rio-Niterói/SA. Em sua área de cobertura, que abrange também o município de São Gonçalo, há muita incidência de roubos a vans e ônibus. Os segmentos mais perigosos seriam o Km 304 e o Km 316.

Em relação ao trânsito, de acordo com o delegado, há poucos acidentes na rodovia Niterói-Manilha, mas de alta gravidade e com vítimas fatais, pois o limite de velocidade é de 100 Km/h. O principal problema enfrentado pela PRF, de acordo com o delegado, é a falta de informação. A PRF tem sua atuação limitada, pois depende da informação das outras instituições que, em geral, não desejam compartilhá-las. A maior parte de suas ações exitosas se deve aos flagrantes e às informações passadas pelos próprios interessados, como as empresas de ônibus, que filmam os assaltos e enviam as fitas para PRF. Através das imagens, dos horários e locais das ações, os policiais traçam um perfil dos autores e montam operações para tentar pegá-los em flagrante.

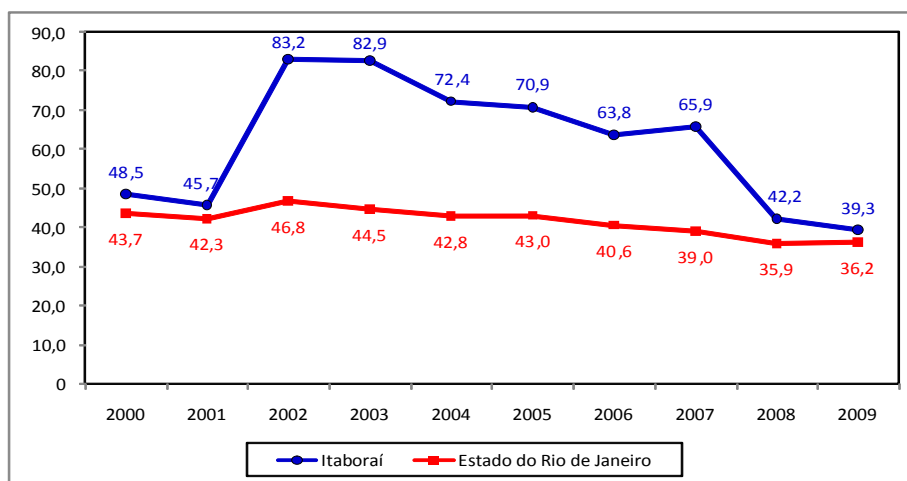
O Conselho Comunitário de Segurança de Itaboraí visa a promover a aproximação da população com as instituições policiais e com o Judiciário. Há interesse na presença de representantes de outras áreas estratégicas, como a jurídica, saúde, planejamento, meio ambiente, educação, urbanismo e obras, além de um conselheiro que atue com vistas a prevenir a invasão de terras, posto que esses temas estão alinhados com as questões de segurança pública. A mediação entre essas instituições e a população, segundo as informações coletadas no CCS, tem funcionado bem e as instituições estão se esforçando para atender às demandas da população.

De acordo com representantes do CCS, há uma significativa subnotificação dos crimes. O Conselho tem orientado a população a fazer os Registros de Ocorrência. A maior parte dos registros envolve roubos a coletivos, porque o motorista é obrigado a registrar o fato, mas não é o que ocorre nos casos de brigas em bares e brigas entre marido e mulher.

Criminalidade e violência

Diferentemente do que nos foi relatado no discurso de alguns representantes da área de segurança pública, a criminalidade e a violência no município de Itaboraí, de acordo com os dados oficiais, é extremamente preocupante. Em relação às taxas de homicídio doloso, na última década, antes mesmo da instalação do Complexo Petroquímico da Petrobras, pode-se constatar uma marca superior à do estado do Rio de Janeiro. Os dados refletem uma situação distinta do caso de Macaé, em que a criminalidade e os problemas de infraestrutura urbana foram aumentando a partir da implantação da sede da Petrobras e ao longo do tempo. Em relação à Itaboraí, a chegada do empreendimento se dá de maneira pontual e no momento de sua implantação já existe uma situação de segurança pública extremamente delicada.

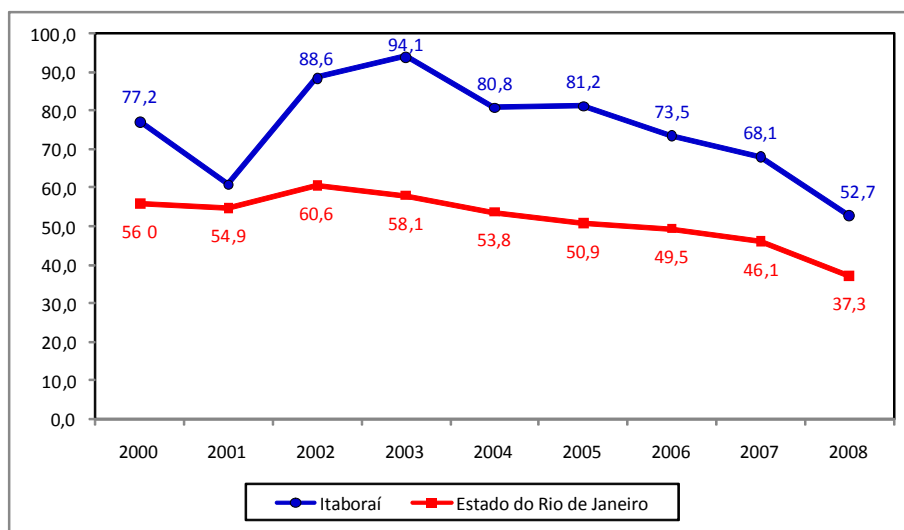
**Gráfico 3 – Evolução das taxas de homicídio doloso por 100 mil habitantes
Estado do Rio de Janeiro e Município de Itaboraí**



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

A mesma tendência se dá em relação às taxas de mortes violentas intencionais. Em toda a última década, Itaboraí tem marcas muito acima das do estado do Rio de Janeiro. Há uma queda em 2001, uma evolução até 2003 e novamente uma queda nos anos posteriores, até 2009. Podemos verificar nos dados uma realidade bastante diferente daquela percebida no discurso dos entrevistados da área de segurança pública, em que o município apresenta características de uma cidade interiorana, com crimes com forte carga cultural, provocados por brigas nos bares da cidade. Conforme os entrevistados, o crime em Itaboraí estaria sob controle em razão da estratégia de trabalho da polícia.

Gráfico 4 – Evolução das taxas de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes



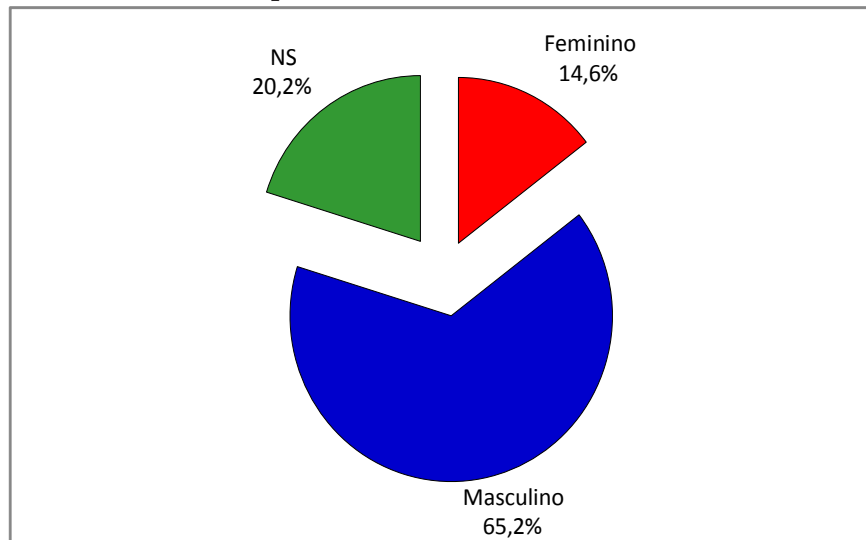
Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/DATASUS e IBGE

De acordo com a Polícia Militar, a carência cultural e de meios de entretenimento é fator relacionado aos homicídios dolosos. No discurso de um dos entrevistados, as limitadas opções de diversão da população mais pobre são foco de pequenas brigas e casos mais graves de violência. Os locais preferidos são bares, shows de forró, entre outros. Quando não há policiais militares nessas festas, ocorrem homicídios, furtos e pequenos conflitos, misturados ao consumo de álcool. As armas dos crimes são pás, enxadas e foices. Os demais casos de homicídio estão ligados ao tráfico, mas a dinâmica não é organizada como nas grandes facções criminosas. Os traficantes locais são também usuários, que vendem a droga para manter o próprio vício.

Segundo os dados oficiais, mais de 50% dos casos de homicídios dolosos são provocados por projétil de armas de fogo, mesma dinâmica verificada em locais com altos índices de criminalidade. Os crimes realizados com emprego de arma branca no município também apresentam um número significativo: aproximadamente 10% dos casos. Isso nos leva a crer que Itaboraí tem dinâmicas de violência semelhantes às de grandes centros urbanos, mas ainda com resquícios de cidades do interior.

Quanto à distribuição dos homicídios dolosos segundo o sexo, mais de 65% ocorrem com homens, enquanto as mulheres apresentam aproximadamente 15%. Essa taxa é muito alta para mulheres que, em geral, são muito menos vitimizadas com relação a esse crime, e se considerarmos ainda que há 20% de vítimas cujo sexo não foi identificado essa taxa pode ser ainda maior. Esse fato corrobora os frequentes relatos de violência doméstica nos municípios da área do COMPERJ.

**Gráfico 5 – Distribuição dos Homicídios Dolosos registrados
pela Polícia Civil segundo sexo
Município de Itaboraí – 2007, 2008 e 2009**



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP

No discurso de representantes da Polícia Militar, o tráfico de drogas, associado a grande parte dos homicídios, também está completamente sob controle e não tem as mesmas características do crime organizado na capital, embora seja identificado como o maior problema de criminalidade no município. Para a polícia, as ações de traficantes são pontuais e localizadas em bairros específicos de Itaboraí, e a “*má influência*” viria do Rio de Janeiro.

Quando dividimos os números de homicídios por distrito, percebemos que Itambi tem a maior taxa do município de Itaboraí, seguido de Pachecos. Mais uma vez, os dados oficiais contradizem a percepção das polícias. De acordo com os representantes da instituição policial, as comunidades da Reta, localizadas no 1º Distrito de Itaboraí, seriam as mais perigosas da cidade, com tráfico de drogas armado e maior violência. Itambi seria o local de maior pobreza e com um perfil mais interiorano, com um tráfico pouco significativo e sem armamento. O tráfico de Itambi foi caracterizado pelos representantes da Polícia Militar como o realizado por “*esticas*”, ou seja, ações isoladas de usuários que compram e vendem a droga para manter o seu consumo, dinâmica completamente diferente da Reta, em que os traficantes são fortemente armados, segundo os representantes das polícias.

**Tabela 5 – Taxa de homicídios dolosos por 1.000 habitantes por distrito
Município de Itaboraí – 2007, 2008 e 2009**

	Vítimas	População (2009)	Taxa por 1.000 habitantes
Itambi	169	24.566	6,9
Pachecos	28	5.119	5,5
Cabuçu	39	8.683	4,5
Porto das Caixas	16	4.832	3,3
Manilha	190	59.934	3,2
Itaboraí	301	110.099	2,7
Visconde de Itaboraí	19	8.459	2,2
Sambaetiba	15	7.304	2,1

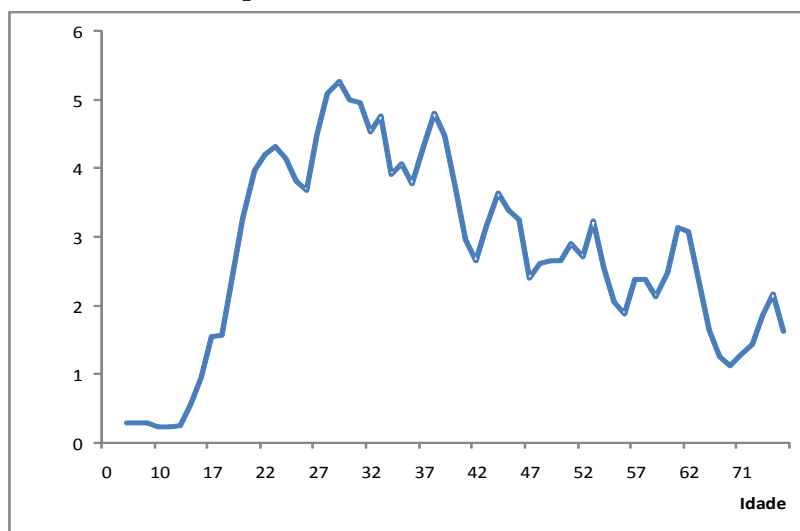
Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

Nota: 19 homicídios dolosos cujo Distrito não foi identificado.

Os dados nos dizem que Itambi apresenta uma taxa de homicídios dolosos de aproximadamente 7 por mil habitantes, enquanto o 1º Distrito de Itaboraí apresenta uma taxa de quase 3, ou seja, menos da metade do número apresentado por Itambi. Destaque também para o distrito de Sambaetiba, onde se localizará a sede do COMPERJ, que apresenta a menor taxa de homicídios dolosos, com cerca de 2 por mil.

Em relação à faixa etária das pessoas vítimas de homicídios dolosos, podemos verificar que há um número bastante significativo de jovens adultos, número este que começa a subir vertiginosamente por volta dos 15 anos de idade, tendo seu auge por volta dos 30 anos, declinando conforme a idade vai aumentando. São pessoas em idade produtiva: adolescentes em seus últimos anos escolares e jovens adultos que estão entrando no mundo do trabalho.

**Gráfico 6 – Taxa de homicídios por 100.000 habitantes por idade
Município de Itaboraí – 2007, 2008 e 2009**



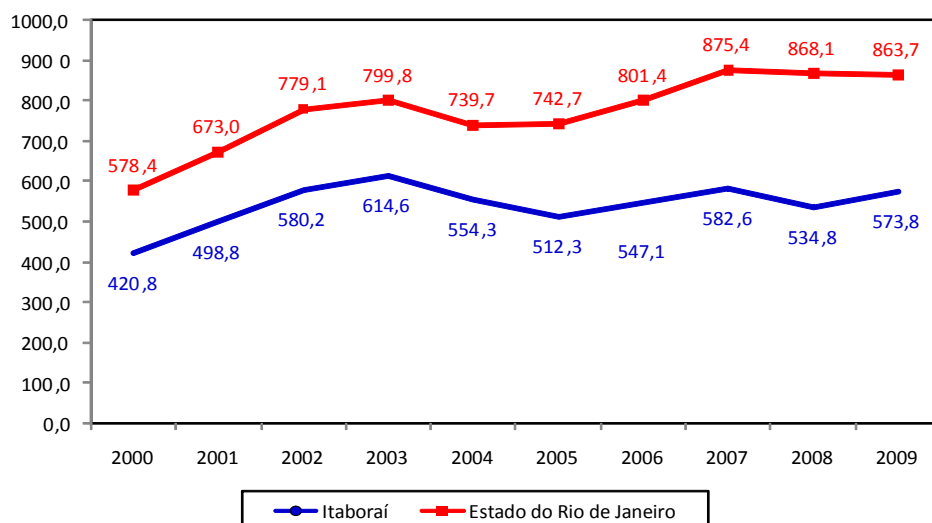
Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

Nota: 269 homicídios dolosos cuja idade não foi identificada.

De acordo com os dados do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Observatório de Favelas, podemos verificar que a situação dos adolescentes em Itaboraí em relação aos índices de homicídio é preocupante. No ano de 2007, Itaboraí teve um dos maiores Índices de Homicídios na Adolescência (IHA), superior até mesmo à capital Rio de Janeiro e ao município de Macaé, perdendo apenas para Itaguaí.

Em relação às taxas de roubos em Itaboraí, podemos verificar que, diferentemente das taxas de homicídio, estão abaixo da média estadual e apresentam uma tendência relativamente semelhante, em que os números de roubo locais tendem a aumentar. O estado, porém, apresenta um leve movimento de queda.

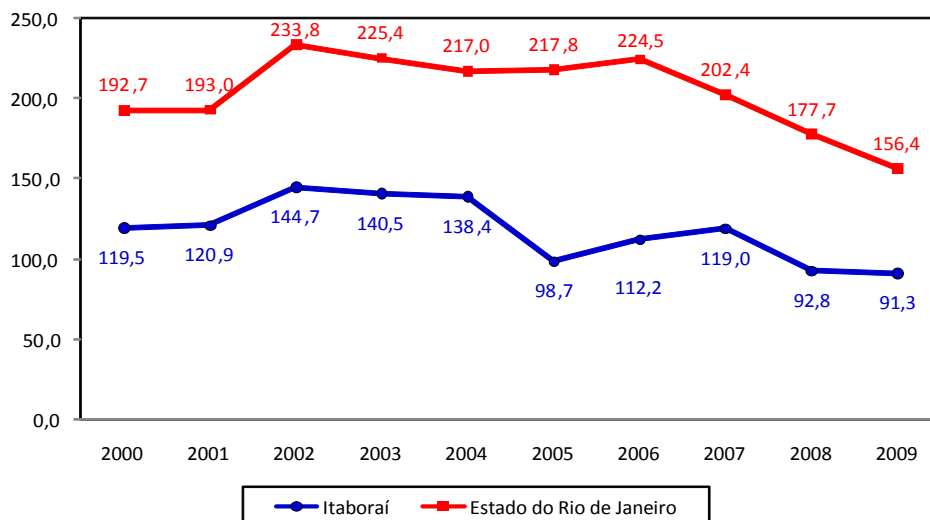
**Gráfico 7 – Evolução das taxas de roubo por 100 mil habitantes
Estado do Rio de Janeiro e Município de Itaboraí**



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

Em relação ao roubo de veículos, a tendência é a mesma, mantendo-se abaixo da média estadual. Contudo, a tendência de queda é a mesma para Itaboraí e para o estado do Rio de Janeiro, com a menor marca do período (2000 a 2009).

**Gráfico 8 – Evolução das taxas de roubo de veículo por 100 mil habitantes
Estado do Rio de Janeiro e Município de Itaboraí**



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

O tipo de roubo mais registrado pela Polícia Civil é o roubo a transeuntes, seguido do roubo no interior de coletivo e roubo de veículo. Roubo no interior de estabelecimento comercial é o menos expressivo. De acordo com os dados da Polícia Civil, Manilha é o distrito que apresenta maior taxa de roubos no município, com uma taxa de aproximadamente 60 por mil, seguido pelo 1º Distrito de Itaboraí, com 32, quase a metade do número apresentado pelo distrito de Manilha. Itambi vem em terceiro lugar, mas com uma taxa bastante inferior aos primeiros colocados, 19 por mil.

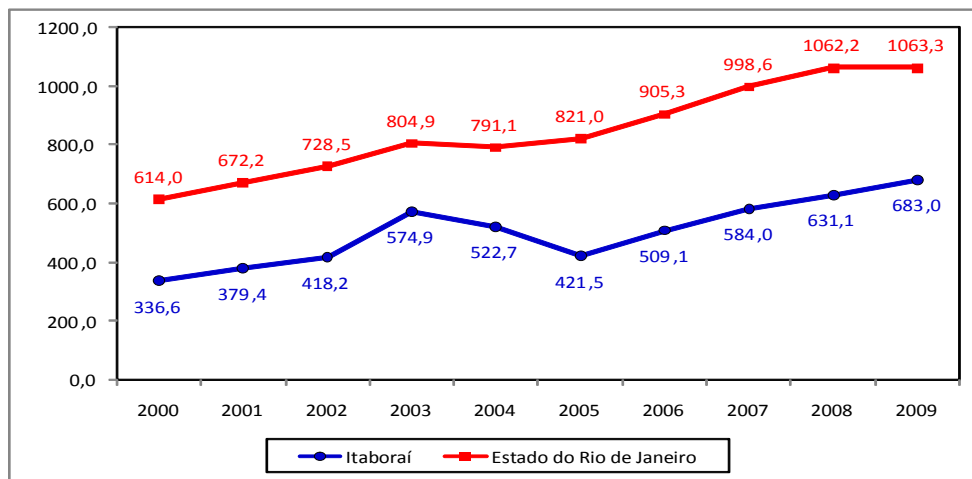
**Tabela 4 – Número de Roubos registrados pela Polícia Civil por tipo
Município de Itaboraí – 2007, 2008 e 2009**

	Número de Registros
Roubo a Transeunte	3158
Roubo no Interior de Coletivo	1264
Roubo de Veículo	915
Roubo no Interior de Transporte Alternativo	544
Roubo a Estabelecimento Comercial	494
Roubo no Interior de Residência	355
Roubo de Veículo – Moto	331
Roubo de Telefone Celular	259
Roubo no Interior de Veículo	155
Roubo no Interior de Estabelecimento Comercial	115
Roubo Outros	778
Total	8368

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP

Em relação aos furtos, estes seguem a mesma tendência dos roubos em Itaboraí, mantendo-se abaixo das taxas do estado. Em Itaboraí, o furto tende a aumentar ao longo do tempo, mas inclina-se à estabilização no estado.

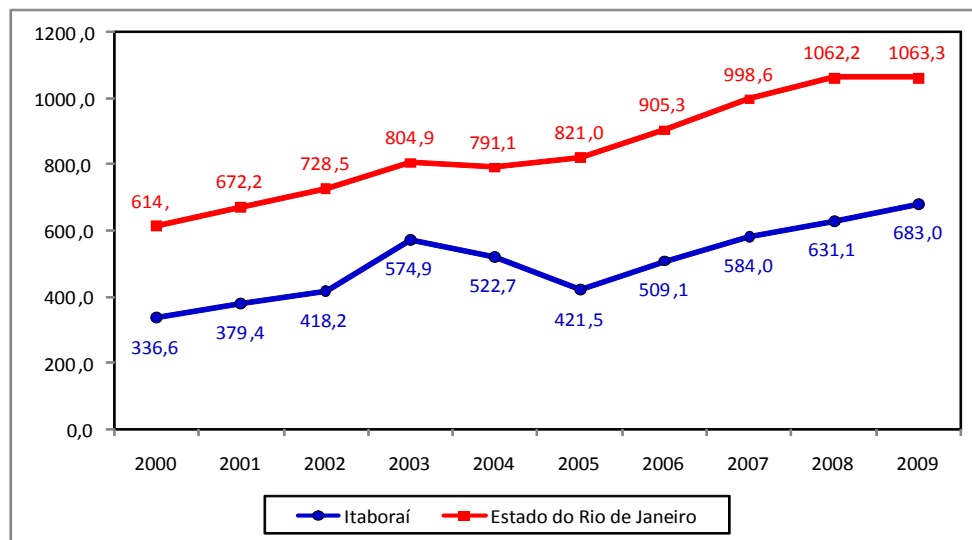
**Gráfico 9 – Evolução das taxas de furto por 100 mil habitantes
Estado do Rio de Janeiro e Município de Itaboraí**



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

O mesmo ocorre em relação ao furto de veículos, com uma distância ainda maior das taxas estaduais. Contudo, apesar das baixas taxas, podemos destacar o ano de 2006, que apresenta um aumento bastante significativo no número de furtos: praticamente dobrou, se comparado a todo o período. Quanto ao estado do Rio de Janeiro, este apresenta alterações mais suaves, com notável tendência de queda ao final do período, enquanto Itaboraí tende a subir cada vez mais.

**Gráfico 10 – Evolução das taxas de furto de veículo por 100 mil habitantes
Estado do Rio de Janeiro e Município de Itaboraí**



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

É provável que esse resultado seja consequência do aumento expressivo de carros no município nos últimos anos. O grande número de veículos em vias estreitas, ocasionando um intenso volume de tráfego, principalmente no Centro de Itaboraí, é uma queixa unânime entre todos os atores da segurança pública e sociedade civil.

O tipo de furto mais registrado pela Polícia Civil é o cometido no interior de residências, seguido do furto de veículos e telefones celulares. Tal fato vai de encontro ao discurso dos representantes das polícias.

O 1º Distrito de Itaboraí tem o maior número de registros de furtos no município, seguido pelo distrito de Manilha, pois são áreas de grande movimentação de pessoas e veículos, e de maior circulação de dinheiro em razão das áreas comerciais. Pachecos é o distrito que apresenta menor número de furtos. Em relação ao número de furtos de veículos, o 1º Distrito de Itaboraí e Manilha continuam no topo do ranking, dessa vez seguidos por Cabuçu. Esse distrito, em relação ao total de furtos, situa-se em penúltimo lugar, elevando sua posição quando se trata de furto de veículos.

É interessante notar que, na visão das polícias, os crimes de roubos e furtos aparecem como problemas frequentes, enquanto os crimes associados ao tráfico de drogas e os homicídios surgem em menor escala.

Comunidades emblemáticas: Reta e Itambi

Durante as entrevistas com diversos atores da segurança pública e da sociedade civil e a análise das informações contidas nos Registros de Ocorrência da Polícia Civil duas áreas de Itaboraí se destacaram por apresentarem graves problemas em relação à criminalidade e/ou em relação à situação de pobreza e miséria em que vivem. A Comunidade da Reta e a Comunidade de Itambi foram apontadas como os locais mais complicados do ponto de vista da segurança pública e, ainda, quanto ao acesso aos serviços públicos.

A Comunidade da Reta foi apontada unanimemente pelas instituições de segurança pública como uma das áreas mais conturbadas da região, principalmente pela presença do tráfico de drogas, relatado como ostensivo no local. Outros conflitos, como violência doméstica e brigas, foram atribuídos à área, uma comunidade com crescimento desordenado e sem condições sociais adequadas para a população. Quase em sua totalidade as ruas não são asfaltadas, e buracos inviabilizam a passagem de automóveis e transportes coletivos. Em época de chuvas há alagamentos, tornando impossível a entrada na comunidade.

Não há hospitais na Reta. O bairro tem dois postos de saúde, que incluem o Programa de Saúde da Família do Governo Federal, e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). De acordo com os moradores, os postos não atendem bem à população; o Programa não funciona como deveria, pois os profissionais não vão até as casas dos enfermos; e o CRAS permanece constantemente fechado.

De acordo com o delegado da 71ª DP, todos os dias são capturados pela Polícia Civil de um a dois bandidos, sendo que 80% das pessoas presas são oriundas da Reta. De acordo com seu relato, os lugares mais perigosos de

Itaboraí são Reta Velha, Reta Nova e Rua 100. Durante a entrevista, o delegado exibiu uma pistola austríaca apreendida na Reta e contou que o tráfico é fortemente armado.

Itambi foi apontado por diversos atores da área de segurança pública como o bairro mais pobre de Itaboraí. Seus problemas de infraestrutura são severos. Foi relatado que, em épocas de enchente, é impossível entrar no local para prestar socorro. É restrito o transporte público, dificultando o acesso a serviços fundamentais, como escolas e postos de saúde.

Segundo os entrevistados, os homicídios em Itambi têm aumentado muito. Há notícias de pelo menos dois homicídios por dia ligados ao tráfico de drogas. No trabalho de campo realizado percebemos que o tráfico de drogas, apesar de difuso, tem ganhado espaço. A cada 100 metros havia uma boca de fumo, principalmente nos lugares mais ermos e de pior acesso. Os entrevistados denunciaram que haveria um “grande chefe do tráfico do Rio de Janeiro” investindo em Itambi, possivelmente da facção criminosa Comando Vermelho.

Análise prospectiva: Caso nada seja feito

O desenvolvimento de uma análise prospectiva como parte deste estudo teve como objetivo apresentar e salientar como a implantação do COMPERJ pode afetar a criminalidade e a violência nos municípios da área de influência desse empreendimento petrolífero. Para tanto, estimamos como os índices de violência e criminalidade ficariam caso nenhuma política pública de segurança fosse desenvolvida e implementada no município de Itaboraí e adjacências até a inauguração do COMPERJ⁷. Os resultados dessa análise, como já era de se esperar, mostraram que o município de Itaboraí, que já possui altos índices de criminalidade nos dias de hoje, se tornaria um dos lugares mais perigosos do estado do Rio de Janeiro, ou mesmo do Brasil, nos próximos 10 anos. Esses resultados são alarmantes, sobretudo se pensarmos que neste estudo não foram computados os efeitos subjetivos de medo e insegurança que essa nova dinâmica poderá trazer para Itaboraí.

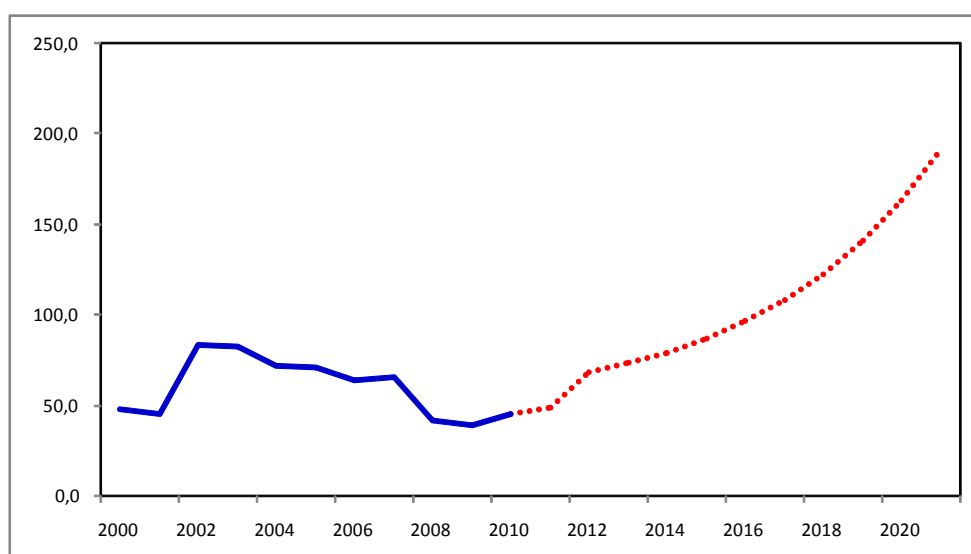
A análise dos gráficos a seguir revela que a violência e a criminalidade em Itaboraí sofrerão um impacto significativo após a implementação do COMPERJ, caso nada seja feito antes. As estimativas para os homicídios dolosos a partir da implantação do COMPERJ são assustadoras. Com base nessas análises, até 2017, se as políticas públicas de prevenção da violência não forem desenvolvidas e implementadas em Itaboraí, a taxa de homicídios dolosos poderá ultrapassar o limite das 100 vítimas para cada 100 mil habitantes (Gráfico 11).

O impacto do COMPERJ sobre os roubos parece menor do que sobre os homicídios dolosos, mas ainda assim, os resultados não são animadores. Segundo a estimativa baseada no modelo, em 2020 Itaboraí contabilizará mais de 700 roubos por 100 mil habitantes. Os furtos, por outro lado, parecem ser muito sensíveis à indústria do petróleo. A estimativa calculada com base no modelo de regressão linear múltiplo para as taxas de furtos apresenta um crescimento bem significativo.

⁷ Para tanto, utilizamos uma técnica estatística que interpreta as relações funcionais entre variáveis com boa aproximação e permite realizar previsões: o modelo linear de regressão múltipla (Hoffman e Vieira, 1998).

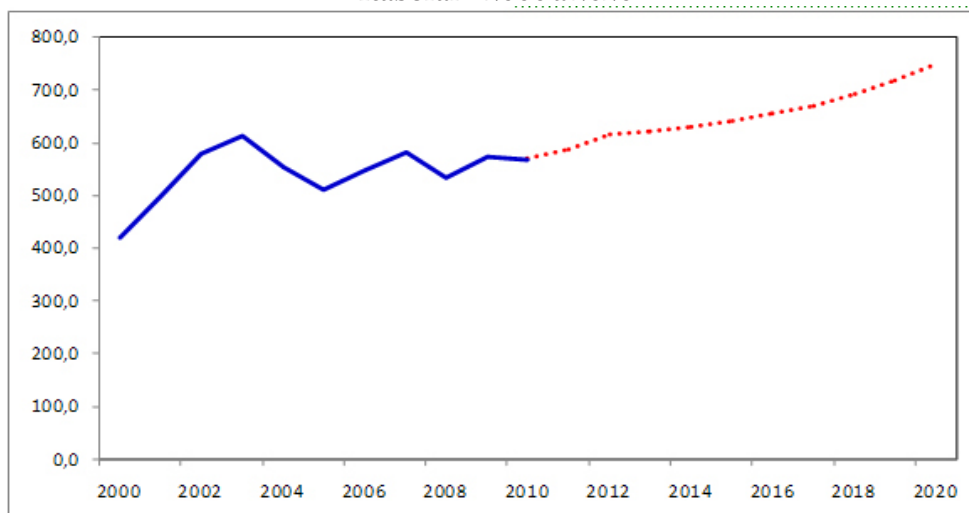
A estimativa é de que, já em 2016, esse indicador seja maior do que 1.000 furtos por 100 mil habitantes. As estimativas das taxas de roubo e furto de veículos também foram fortemente influenciadas pela indústria petrolífera. Nos primeiros dois anos após a implantação do COMPERJ, as taxas de roubos de veículo voltarão ao patamar do início da década de 2000. Já as taxas de furto de veículo, que nos últimos 10 anos têm apresentado uma tendência de crescimento, continuarão crescendo após a instalação do COMPERJ (Gráfico 15).

Gráfico 11 - Evolução da Estimativa das Taxas de Homicídios Dolosos por 100 mil habitantes Itaboraí – 2000 a 2020



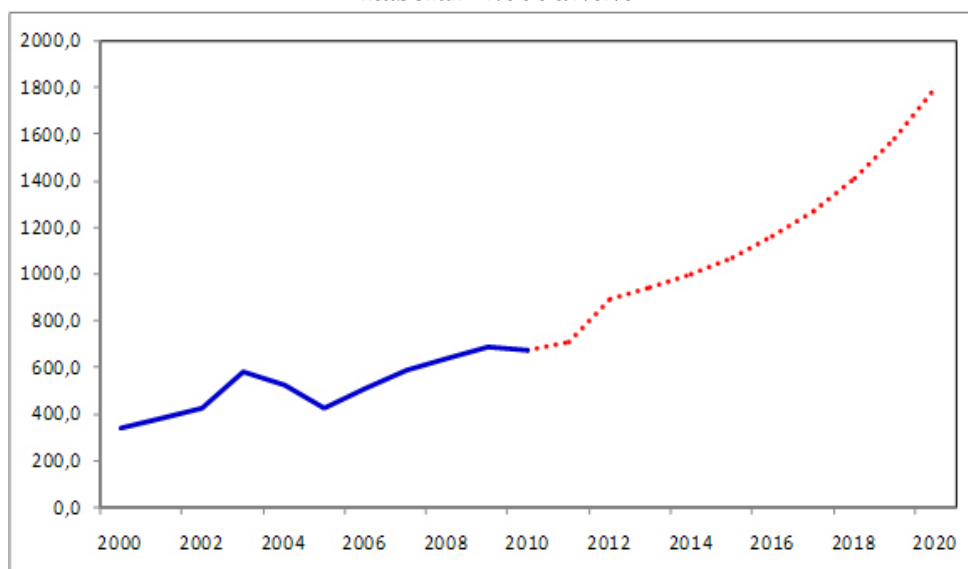
Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

**Gráfico 12 - Evolução da Estimativa das
Taxas de Roubo por 100 mil habitantes
Itaboraí – 2000 a 2020**



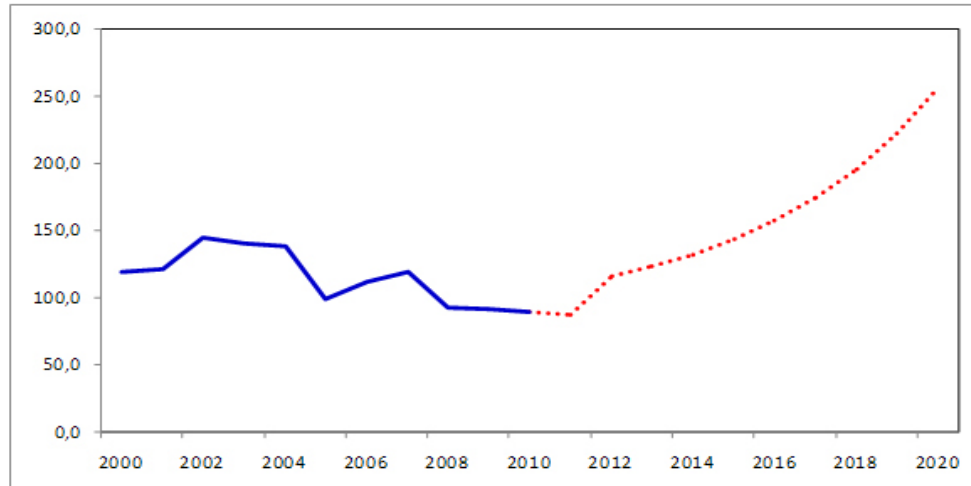
Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

**Gráfico 13– Evolução da Estimativa das
Taxas de Furto por 100 mil habitantes
Itaboraí – 2000 a 2020**



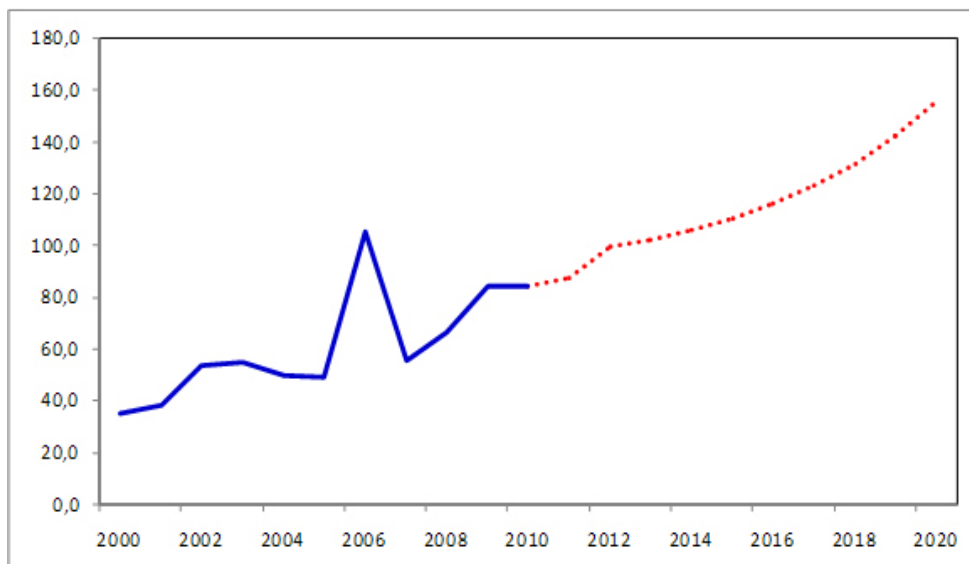
Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

**Gráfico 14 - Evolução da Estimativa das
Taxas de Roubo de Veículo por 100 mil habitantes
Itaboraí – 2000 a 2020**



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

**Gráfico 15 – Evolução da Estimativa das
Taxas de Furto de Veículo por 100 mil habitantes
Itaboraí – 2000 a 2020**



Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP e IBGE

Tendo em vista a situação que Itaboraí vive hoje, denunciada por seus habitantes, os quais têm sofrido diretamente com ela, e o agravamento dessa conjuntura com a vinda do COMPERJ estimado por este trabalho, urge a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas de controle da criminalidade e da violência. Deve-se buscar a prevenção dos impactos que poderão advir do COMPERJ com medidas que possam não só amenizá-los como também solucionar os problemas que essa implementação acarretará.

Considerações finais

A partir dos apontamentos realizados no diagnóstico do município de Itaboraí e das projeções das análises prospectivas, com base no estudo de caso de Macaé, percebemos que será necessário um grande investimento na estrutura de prevenção aos riscos inerentes a um grande empreendimento econômico como este. Entre esses riscos, o desmatamento e a poluição ambientais são, de imediato, os mais vulneráveis e podem gerar outras questões sociais de maior complexidade a partir da expansão urbana desordenada em áreas de difícil acesso e pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, demandando uma fiscalização constante. Como alguns entrevistados nos relataram, muitas dessas questões sociais não resolvidas são produtoras de situações em que a lei é burlada, existindo, então, o crime, sendo este violento ou não.

Faz-se logo necessária a maior presença do Estado em todos os seus fundamentos, com uma burocracia competente como base e meio para melhor fluxo dos canais de reivindicação e ação; uma maior efetividade da lei, que pode ser alcançada tanto pelo incremento do efetivo policial como, e principalmente, pelo resgate da preocupação dos órgãos competentes com a garantia da cidadania em termos de direitos civis, sociais e políticos assegurados; e a existência nos órgãos do Estado da concepção de bem público, tendo esta que ser discutida e construída em parceria com a comunidade, pois se trata de um termo polêmico, cujo debate é essencial para o estabelecimento de consensos mais ou menos duradouros.

Vemos, portanto, a importância de se pensar formas de maior presença e eficácia do Estado nesses municípios. Para tanto, recorreremos à legislação federal, em especial à Lei das Cidades – criada em julho de 2001 –, para nos ajudar a entender as condições para propor a minimização dos danos a essas regiões. A Lei das Cidades (Lei no. 10.257/01) estabeleceu diretrizes para o planejamento da política urbana que estão presentes nos artigos 182⁸ e 183⁹ da Constituição Federal. Entre os objetivos da política urbana desenvolvida nessa lei há uma preocupação com o ordenamento do solo. Destacamos, contudo, quando este se refere à “[...] instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente” (Art. 2).

Para esse fim (o planejamento urbano), caberia também à União a participação ativa no provimento de infraestrutura urbana, como consta no

8

“[...] A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.” (Art. 182)

9

“[...] Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.” (Art. 183)

art. 3 da citada lei.

- [...] III – promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- IV – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
- V – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (Art 3).

Contudo, como as próprias entrevistas realizadas nos puderam indicar, parece, no município de Itaboraí, não haver uma sintonia fina do poder público municipal com os demais poderes, falta gravíssima para uma cidade prestes a sofrer transformações radicais em seu território. Essa área, lembramos, é marcada por uma profunda precariedade de serviços públicos, e a máquina pública não apresenta condições de fiscalizar e/ou gerir outro crescimento demográfico repentino, o qual, ao menos temporariamente (num cenário otimista), ocorrerá nos próximos anos – com o pico de contratações para a fase de construção civil do COMPERJ chegando a mais de 30 mil trabalhadores. Já foi sinalizado, ademais, que o município-sede não possui mão de obra suficientemente especializada para esse momento, havendo a inevitável importação de trabalhadores das mais diversas regiões do país.

O crescimento demográfico sem uma adequada política de habitação – no caso de Itaboraí, necessitando de uma intervenção da União e do estado, devido à escassez de recursos apontada pela prefeitura – pode vir a agravar o quadro de apropriação inadequada do solo, especialmente ao redor do COMPERJ. A região próxima à área onde está sendo construído o empreendimento é, em sua maior parte, desabitada, constituindo-se de solo pantanoso, logo, de custeio elevado à máquina pública para instalação de projetos de infraestrutura urbana de grande volume. A fiscalização dessa área faz-se imprescindível, pois uma vez instaladas moradias de forma desordenada, o processo burocrático para remoção e reestruturação urbana terá um custo muito mais elevado do que medidas preventivas. Como a região é de difícil acesso, no entanto, talvez uma solução menos custosa seja o monitoramento através de fotografias periódicas da localidade. Portanto, a progressão da degradação ambiental e ocupação irregular do solo podem ser evitadas caso haja o quanto antes a estruturação de um sistema de vigilância da própria prefeitura.

Além dos problemas ambientais e da ocupação desordenada do solo existentes na área do COMPERJ, as questões de segurança pública são absolutamente preocupantes nesses municípios, tendo em vista as altas taxas de criminalidade e violência antes mesmo da implantação do empreendimento. Nesse sentido, são necessárias ações amplas que abarquem desde a reforma e manutenção das instituições de segurança pública, aumento de efetivo das polícias e guardas municipais e melhorias na aparelhagem dessas polícias até o investimento governamental nas áreas de infraestrutura urbana, saúde, educação, cultura e lazer.

Itaboraí é uma localidade que apresenta uma população essencialmente jovem, grande parte composta por migrantes e/ou filhos de pessoas que partem em busca de melhores condições de trabalho. Essa fatia da população necessita de ações específicas voltadas para a educação, qualificação profissional e lazer. Essas iniciativas seriam fundamentais para a mudança de um quadro alarmante em relação às taxas de homicídio juvenil e envolvimento com o tráfico de drogas. São necessárias, ainda, políticas preventivas e, também, de contenção da violência, com a criação de projetos em que o Estado se faça presente nas comunidades e que os jovens possam ocupar os espaços públicos, entendendo-os como seus. A participação de instituições públicas de segurança seria extremamente importante nesse processo, propiciando uma maior integração entre polícia e comunidade.

Outra questão importante diz respeito à empregabilidade da população. Um dos maiores empreendimentos do país está sendo construído em uma localidade em que grande parte de seus munícipes não chegou a concluir o ensino fundamental. É preciso, portanto, um grande investimento na educação e na qualificação da população, como também o estímulo ao retorno dos alunos às escolas e posterior conclusão dos estudos. Para isso, é indispensável o apoio aos adultos que desejem voltar a estudar, em iniciativas como, por exemplo, a implementação de cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Faz-se necessária, ainda, a construção de creches e escolas de período integral para que os pais tenham a oportunidade de trabalhar, investir nos seus estudos e na qualificação profissional.

Além das questões supracitadas, os problemas relacionados ao trânsito são frequentemente ressaltados pelos atores de Itaboraí. O município apresenta uma área com grande número de acidentes e atropelamentos, em razão da má qualidade das vias públicas, grande número de veículos, ausência de sinalização e de passarelas para os pedestres. Por conseguinte, os problemas de trânsito também estão relacionados aos problemas de segurança pública, uma vez que os congestionamentos são um facilitador para os chamados “arrastões”, por exemplo. É imprescindível, ainda, maior investimento quanto ao policiamento de ruas e estradas, com vistas a prevenir o roubo de cargas e de veículos, bem como o assalto a coletivos.

Por fim, considera-se essencial na execução das ações propostas um grande empenho na integração entre as polícias Militar e Civil e Guarda Municipal; a união de forças entre as esferas municipal, estadual e federal; e, ainda, articulações entre sociedade civil e poder público. Torna-se imperativo, tendo em vista a situação do município de Itaboraí, compreender as questões de segurança pública de maneira ampla, visando principalmente à qualidade de vida da população e ao bem-estar social.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M.V. e LISBOA, M.D.B. Desesperança de vida: Homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo no período 1981/97. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p.347-384.

ARAÚJO, J. Indústria de Petróleo e Economia do Rio de Janeiro. In: FREIRE, A.; MATTA, M.; SARMENTO, C. (coord.). **Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ARAÚJO JÚNIOR, A.F.D. e FAJNZYLBBER, P. Crime e economia: um estudo das microrregiões mineiras. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.31, novembro de 2000, p.630-659.

CANO, I. e SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

HOFFMAN, R; VIEIRA, S. **Análise de Regressão: Uma Introdução à Econometria**. São Paulo: Hucitec, 1998.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). **Análise Preliminar do Impacto do COMPERJ na Segurança Pública: Relatório I – Estudo de Caso: Análise do Município de Macaé**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). **Análise Preliminar do Impacto do COMPERJ na Segurança Pública: Relatório II – Diagnóstico dos municípios da Área de Influência Direta do COMPERJ**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). **Análise Preliminar do Impacto do COMPERJ na Segurança Pública: Relatório III – Análise Prospectiva**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). **Análise Preliminar do Impacto do COMPERJ na Segurança Pública: Relatório IV – Recomendações para Políticas Públicas e Infraestrutura Urbana**. Rio de Janeiro, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ, SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. **Caderno Itadados**. 2007.